

# ACÇÃO COLETIVA DE MULHERES EXTRATIVISTAS E OS ODS

## 1. Introdução

Os recursos naturais explorados pela atividade extrativista constituem, frequentemente, objeto de estudo para a problemática da denominada “Tragédia dos Comuns” (Hardin, 1968). Isto implica que haveria, conforme esta literatura (Pato, Schmidt & Gonçalves, 2013), uma tendência natural de superexploração e esgotamento destes recursos. Essa abordagem diz que indivíduos são centrados em escolhas racionais baseadas em seus próprios interesses, o que os torna incapazes de se mobilizar em prol de benefícios coletivos. Diversas potenciais soluções são trazidas, ao longo do tempo, para lidar com este problema. Como exemplo, pode-se citar a imposição de impostos ou quotas pelos órgãos públicos (Hardin, 1968). No entanto, é a obra de Elinor Ostrom (Ostrom, 1990) que tem obtido maior destaque nos últimos anos, pelo fato de apresentar uma solução totalmente baseada em mecanismos privados e gerenciados pelos próprios agentes envolvidos na exploração dos recursos. Para ela e seus seguidores, o estabelecimento de grupos de ação coletiva com determinadas características impediria a tragédia dos comuns (Ostrom, Walker & Gardner, 1992). Este trabalho se insere nesta vertente de pesquisa, mas foca não apenas nas características do grupo, mas sim, nos impactos desta ação coletiva também sobre outros aspectos decorrentes de atividades caracterizadas como tragédias dos comuns - como as questões de geração de renda e saúde; de gestão das organizações e da sustentabilidade ambiental trazida por estes grupos. Mais do que isso, a principal contribuição do presente estudo se dá nestes aspectos quando os grupos são compostos exclusivamente por mulheres. Assim, pretende-se responder à seguinte questão: *Quais as relações entre a governança de bens comuns geridas por mulheres e a preservação dos recursos naturais em atividades extrativistas?*

Essa problemática se justifica pela importância que as mulheres têm na agricultura, e em especial, no manejo de recursos comuns, como no caso do extrativismo. Segundo dados da Organização Mundial da Alimentação (FAO, 2017), as mulheres são responsáveis 50% dos alimentos do mundo (FAO, 2017) e representam em torno de 43% da força de trabalho agrícola. Além disso, admite-se que a gestão feminina é diferente, pois as mulheres possuem características intrínsecas a elas como sensibilidade, empatia, flexibilidade, dentre outras (Reis et al, 2013; Gouveia, Silveira, Machado, 2013). Apesar disto, o que se observa na literatura é uma predominância de trabalhos que focam na divisão de tarefas nas propriedades (Marion & Bona, 2016), ao mesmo tempo em que se percebe uma grande escassez daqueles que tratam de elementos diferentes na ação coletiva de grupos compostos por mulheres.

Para analisar essa questão, busca-se associar as características de governança da ação coletiva de dois grupos de mulheres extrativistas - a Associação de Mulheres do Assentamento Monjolinho (AMAM) e o Grupo Baru, ambos em assentamentos da reforma agrária<sup>1</sup>, localizadas em Anastácio (MS) - com alguns dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Mais especificamente, tomam-se as ações e comportamentos descritos nas entrevistas e que foram correlacionados, via uso do *software* NVivo, com os elementos de ação coletiva (Ostrom, 1990) e os de confiança e reciprocidade (Ostrom & Walker (2003) e a maneira como influenciam para que se atinja esses determinados ODS. Além dos ODS e elementos da ação coletiva mais relevantes na narrativa dessas mulheres, o estudo trouxe um novo eixo estruturante na formação e gestão dessas organizações extrativistas de mulheres: a relação familiar, que consolida os esforços e compromissos coletivos para as atuais e futuras gerações.

## 2. Revisão de literatura

### 2.1.1. A gestão dos bens comuns

O argumento liberal clássico é de um regime baseado em forte proteção da propriedade privada, o que não se aplica aos recursos naturais comuns. Elinor Ostrom integra uma corrente econômica denominada “neo-institucionalismo”. A linha geral de sua pesquisa consiste em demonstrar que os “commons” são possíveis de serem geridos de forma economicamente sustentável a partir de um conjunto de arranjos e desenhos institucionais específicos. Tais arranjos surgiriam a partir de negociações entre os interessados na exploração dos “commons”, de forma que estas iriam variar de acordo com cada situação, incluindo a “regulação” desses bens e recursos (Ostrom et al, 2012). Os estudos de Ostrom, elaborados em análises da realidade de comunidades rurais e urbanas em todo o mundo, mostrou que esses grupos utilizavam de modo sustentável os recursos naturais escassos e conduziam uma gestão democrática e coletiva de recursos produtivos. O trabalho de Ostrom se opôs, principalmente, à tragédia dos comuns (Hardin, 1968), na qual o processo de utilização dos recursos comuns culminava na destruição dos mesmos. Para Hardin, o problema ambiental resulta de dois fatores derivados da atividade humana. O primeiro deles é o crescimento da população, que resultará no aumento do consumo e pressão sobre os recursos naturais, e o segundo, é a própria forma como os seres humanos se organizam para explorar esses recursos. Para evitar a tragédia do esgotamento desses recursos, segundo Hardin, haveria apenas duas maneiras: o regime centralizado pelo Estado – nacionalização, ou a privatização dos recursos, que passariam para o controle da propriedade privada. Importante notar que, para Hardin (1968), esses bens comuns se referem aos bens comuns de livre acesso, que podem ser definidos pela ausência de direitos de propriedade precisos. O dilema da gestão coletiva se dá porque os interesses individuais de curto prazo seriam incompatíveis com os interesses coletivos de longo prazo. Em seus estudos, Ostrom identificou as condições internas e externas desses arranjos institucionais que garantem a tomada coletiva de decisões. Ele começa a ser desenhado em *Governing the Commons* (Ostrom, 1990), com a descrição das variáveis externas que afetam a ação coletiva. Na obra, a autora apresenta os Princípios de Design para uma gestão bem-sucedida dos recursos naturais de uso comum, que são: “1. Limites claramente definidos; 2. Regras congruentes com as condições locais; 3. Os indivíduos afetados podem participar na modificação das regras operacionais; 4. Os monitores são responsáveis pelos apropriadores; 5. Sanções graduadas contra infratores; 6. Acesso pronto a mecanismos de resolução de conflitos; 7. Reconhecimento dos direitos de organização, por autoridades governamentais externas; e 8. Empresas aninhadas, onde o recurso faz parte de um sistema maior” (Ostrom, 1990, pág. 90). A análise dessas variáveis mostrou que há fatores externos e internos que influenciam o resultado da ação coletiva e, em 1999, Ostrom desenvolveu o modelo analítico *Institutional Analysis and Development (IAD) Framework* (Ostrom et al, 1999), que foi constantemente atualizado pela autora. A Estrutura de Análise e Desenvolvimento Institucional (EAD, em português) atribui fatores e variáveis internos e externos que influenciam na gestão coletiva dos recursos naturais comuns. Segundo Ostrom, as normas que afetam diretamente os elementos internos à situação de ação são: de limite; de posição; de escopo; de escolha; de agregação; de informação e de pagamentos (Hess & Ostrom, 2005). Em 2003, Ostrom publicou *Trust & Reciprocity*, no qual ampliou os conceitos de governança desses recursos naturais, que incorporaram também os aspectos de confiança e reciprocidade, como essenciais nesses modelos de atuação. Para ela, se tratava de uma 2ª onda na análise institucional, na qual, a superação do dilema da ação coletiva seria melhor analisada se fossem consideradas, como elementos principais à ação coletiva, a reputação, a confiança e a reciprocidade entre os indivíduos. Segundo Ostrom & Walker (2003), assim como em um ciclo virtuoso, na medida em que as ações individuais forem direcionadas à cooperação, os indivíduos aprenderão a confiar uns nos outros e as ações de reciprocidade poderão ser adotadas mais facilmente. Nesta pesquisa foram

consideradas como referência a versão de 2005 do IAD *Framework*, representado na Figura 1, abaixo, e na Figura 2, considerando os elementos de confiança e reciprocidade.

Figura 1. IAD *Framework* Ostrom (Hess & Ostrom, 2005).

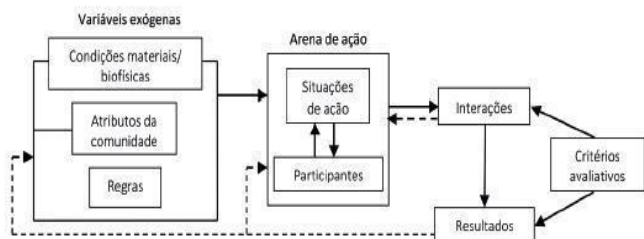
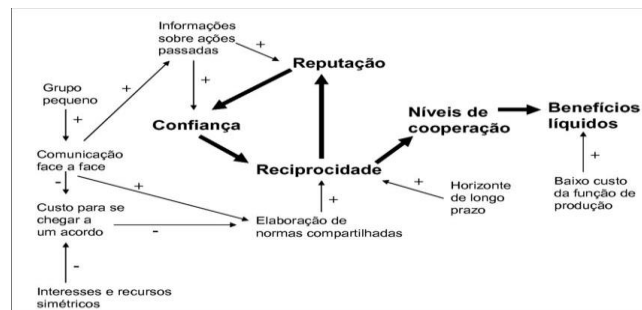


Figura 2. IAD + confiança e reciprocidade (Ostrom, 1998)



O quadro teórico apresentado pela Ostrom traz elementos que nos permite investigar um fenômeno pouco relacionado em seus estudos: os arranjos organizacionais quando há diferença de gênero<sup>ii</sup>. Mais especificadamente, entender como arranjos organizados por mulheres podem ter um efeito mais favorável à perpetuação dos recursos, indo ao encontro aos ODS.

## 2.2. ODS

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são parte dos compromissos firmados no documento “Transformando nosso futuro: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, em 2015, por 193 países, na sede da Organização das Nações Unidas (ONU). Divididos em 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e 169 metas, os ODS, como são chamados, derivam dos Objetivos do Milênio e das decisões assumidas pelos países na Rio+20 (PNUD, 2020). Fazem parte de um esforço global, que deve ser conduzido de maneira local pelos países signatários para promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental de todo o planeta e de suas nações. Compõem uma série de ações integradas entre os setores público e privado e a sociedade civil, com processos e metas estabelecidas por cada país para garantir que as pessoas, cidades e meio ambiente tenham atingido padrões de desenvolvimento que incluem a eliminação da miséria, a garantia de educação, moradia digna, saúde e a segurança alimentar no mundo. Cada um dos 17 ODS endereça a resolução para a questão, conforme a tabela 1:

Tabela 1: Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

ODS 1. Erradicação da pobreza: acabar com a pobreza em toda as suas formas, em todos os lugares;
ODS 2. Fome Zero: acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição. Promover a agricultura sustentável;
ODS 3. Boa saúde e bem-estar: assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
ODS 4. Educação e qualidade: assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade. Promover oportunidades de aprendizagem;
ODS 5. Igualdade de gênero: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
ODS 6. Água limpa e saneamento: assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
ODS 7. Energia acessível e limpa: assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;
ODS 8. Emprego digno e crescimento econômico: promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo, emprego pleno e produtivo. Assim como, trabalho decente para todos;
ODS 9. Indústria, inovação e infraestrutura: construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
ODS 10. Redução das desigualdades: reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;

ODS 11. Cidades e comunidades sustentáveis: tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
ODS 12. Consumo e produção responsáveis: assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
ODS 13. Combate às alterações climáticas: tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;
ODS 14. Vida debaixo d'água: conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
ODS 15. Vida sobre a Terra: proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
ODS 16. Paz, justiça e instituições fortes: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
ODS 17. Parcerias em prol das metas: fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

### 2.3. ODS e ações coletivas de mulheres no extrativismo

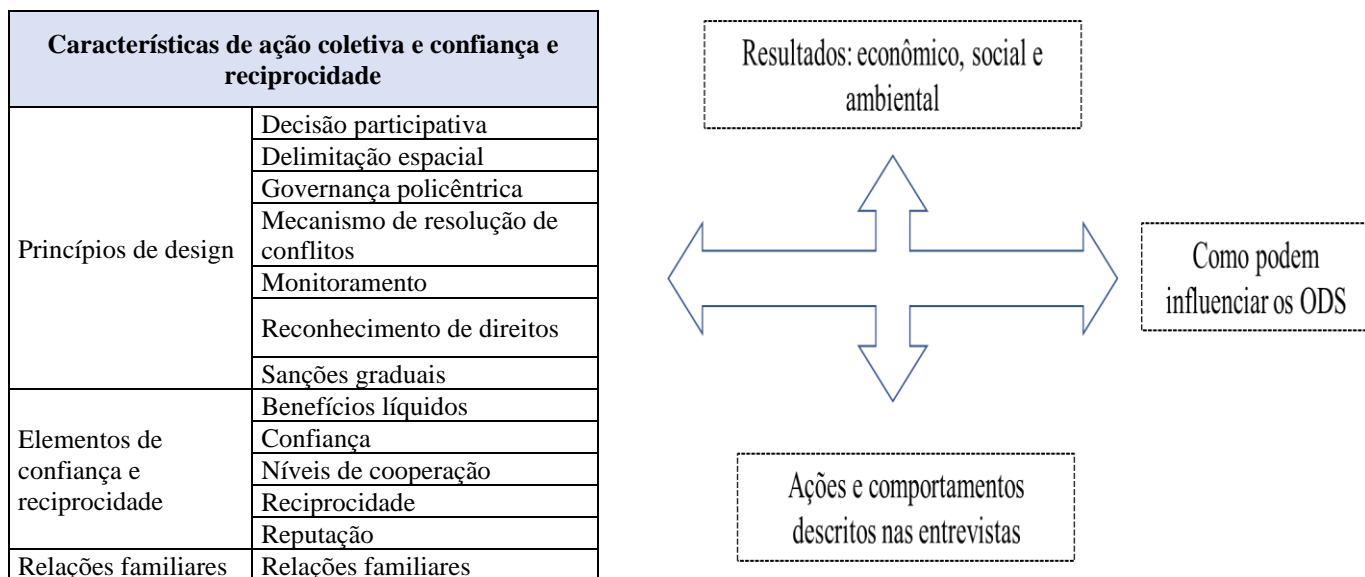
De acordo com o estudo “The State of the World’s Forests 2020” (FAO, 2020), as florestas cobrem atualmente 30,8% da área terrestre global (FAO, 2020) e somam 4,06 bilhões de hectares, ou aproximadamente 0,5 ha por pessoa. A distribuição das florestas, no entanto, não acontece de maneira uniforme, com mais de 50% delas encontradas em apenas cinco países. Rússia, em 1º lugar, com 815 milhões de ha (20% do total); em 2º lugar está o Brasil, com 497 milhões de ha de florestas (12%). Canadá, com 347 há (9%), Estados Unidos da América, com 310 milhões de ha (8%) e China, com 220 milhões de ha (5%) completam as cinco primeiras posições em volume de florestas no planeta. Segundo a FAO (2020), cerca de 820 milhões de pessoas de pessoas vivem em florestas tropicais e savanas em países em desenvolvimento. O conjunto de objetivos e metas relacionados às florestas englobam praticamente todos os 17 ODS de maneira direta ou indireta. Renda, alimentação, mudanças climáticas, gênero, diversidade, saúde são alguns dos eixos nos quais os serviços ecossistêmicos impactam todos os aspectos da sustentabilidade, considerando suas dimensões econômicas, sociais e ambientais. Segundo De Jong et al (2018), as florestas e os serviços ecossistêmicos e a forma como impactam as sociedades humanas são associadas a ODS específicos, mas também se refletem em metas e indicadores em quase todos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. A redução da pobreza (ODS 1) e a redução da fome (ODS 2), bem como os ODS 13, de mitigação de mudanças climáticas e o ODS 15, de Vida na Terra. Também estão diretamente vinculados às florestas e seus usos, além da biodiversidade, que está associada ao ODS 3, de melhoria da saúde, o ODS 6, Água Limpa. Diversos estudos indicam que os elementos presentes no modelo de governança participativa e colaborativa evidenciados por Ostrom em sua teoria sobre a ação coletiva podem impulsionar pessoas, comunidades e organizações em prol do desenvolvimento sustentável proposto pelos ODS. Segundo Katila et al (2020) na maioria dos arranjos florestais coletivos e comunitários, as comunidades locais decidem sobre o uso, investimento e beneficiamento dos produtos das florestas. Têm direitos de uso de certos produtos florestais, mas a colheita e venda comercial desses produtos costuma ser regulada pelo Estado, como é o caso de madeiras e produtos alimentícios, por exemplo. Argwal (2010) considera que as discussões sobre gestão de bens comuns ou ação coletiva em torno das florestas não dão a devida atenção aos interesses de gênero – e quando existe essa perspectiva fica restrita a "questões de equidade e participação limitada das mulheres". De acordo com a autora, há uma

questão mais profunda e central que deve orientar e qualificar essa abordagem: “Qual é o impacto da presença e representação das mulheres nas instituições florestais? As mulheres fazem diferença nas decisões tomadas nessas instituições?” (Agarwal, 2010). Já Westermann et al (2005) avaliou como agem grupos de gestão de recursos naturais diferenciados por gênero, em estudo no qual observou 46 grupos masculinos, mistos e femininos, em 33 programas rurais em 20 países da América Latina, África e Ásia. Os resultados mostraram que há diferenças importantes nas experiências de colaboração e capacidade de gerenciar conflitos. Segundo os autores, aspectos como colaboração, solidariedade e resolução de conflitos são mais fortemente percebidos em grupos onde as mulheres estão presentes. Também identificaram que as normas de reciprocidade têm maior probabilidade de operar em mulheres e grupos mistos. O ODS 5 se refere à Equidade de Gênero (Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas), e tem nove metas. Todas são relevantes e fazem parte das demandas globais por mais justiça e direitos equitativos entre os sexos, porém, no que se refere às metas que mais se relacionam com as atividades ecossistêmicas das mulheres estão: *5a. Empreender reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais;* e *5c. Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública* (PNUD, 2020). Para Agarwall (2018), o ODS 5 em relação ao gênero e às florestas se destaca pela atenção que dá ao acesso das mulheres à terra e aos recursos naturais. Entre os impactos positivos almejados pelo ODS e suas metas está o de aumentar significativamente a capacidade das mulheres de produzir e adquirir alimentos, gerar renda e autonomia por meio dos serviços ecossistêmicos.

#### 2.4 *Framework* de análise

Para o *framework* de análise, foram aplicados os elementos da ação coletiva (Ostrom, 1990) das mulheres extrativistas, incluindo os aspectos de confiança e reciprocidade (Ostrom & Walker, 2003). Os resultados econômicos, sociais e ambientais descritos nas entrevistas foram correlacionados com a forma como podem influenciar para que se atinja as metas dos ODS. O eixo ‘Relação familiar’ foi incluído devido à relevância com que aparece nas narrativas, como elemento de mobilização e origem da história em comum e consolidação das lutas das integrantes das associações de extrativistas do Cerrado e o território no qual estão inseridas.

Figura 3. *Framework* de análise



### 3. Metodologia

Para identificar de que maneira se dá a correlação entre as atividades e resultados gerados por mulheres extrativistas e como podem influenciar nos ODS, a presente pesquisa aplicou o estudo de caso junto a duas associações de mulheres extrativistas de frutos do Cerrado, em Anastácio (MS). O objetivo foi aplicar a análise qualitativa, via uso do *software* NVivo, junto a transcrição das entrevistas realizadas com as integrantes para elencar quais são os ODS mais percebidos pelas próprias mulheres extrativistas em suas narrativas e registros, e a forma como a ação coletiva desenvolvida por elas pode influenciar para que se atinja as metas previstas nos ODS. Foram realizadas duas viagens de campo, em outubro de 2018 e em novembro de 2019, quando as integrantes das duas associações e parceiros locais e outros representantes de instituições que integram o Corredor do Extrativismo. As etapas da metodologia estão descritas a seguir:

#### ► Coleta de dados

Foram feitos estudos sobre os grupos de mulheres extrativistas, sobre o território onde estão inseridas, o histórico dos grupos e da ocupação da região e realizados os contatos com os integrantes das associações e demais agentes que participam desse modelo de gestão coletiva dos recursos naturais do Cerrado. Foram realizadas entrevistas com roteiros predefinidos e tempo livre de respostas e questões abertas a todos os participantes (não direcionadas). Na 1ª viagem, em 2018, nas duas associações e junto aos representantes de instituições parceiras do Corredor do Extrativismo (UFMS, Economia Solidária/MS, Central da Pastoral da Terra (CPT/MS), foi aplicado o roteiro com que tratava: (1) da história das duas associações de mulheres, (2) do início e desenvolvimento das atividades extrativistas nos assentamentos e no território, (3) das práticas relacionadas ao baru ou cumbaru (uma castanha do Cerrado), (4) da questão do uso dos recursos naturais no território, (5) da forma de gestão das associações sobre tomada de decisões, desenvolvimento de mercado consumidor, produção e custo dos derivados dos frutos do Cerrado, (6) relações com as comunidades/assentamentos, (7) relações com o poder público e instituições de fomento. A viagem durou três dias e foram feitas entrevistas com 14 mulheres das duas

associações, reuniões com os parceiros na universidade, na sede da Economia Solidária e na Aldeia Brejão (em Nioaque/MS e que integra o Corredor do Extrativismo). Houve ainda um dia para a observação participativa do preparo de alimentos de derivados do baru, e a realização de registro audiovisual da viagem de campo. Na 2ª viagem, durante três dias em 2019, as entrevistas foram realizadas nas duas associações e com os mesmos representantes das instituições parceiras da 1ª viagem. O roteiro com questões predefinidas, de resposta com tempo livre e aberta a todos, tratou do aprofundamento de temas sobre (1) a gestão dos recursos naturais comuns naquele território, (2) os impactos ambientais do restauro com a vegetação nativa, (3) desenvolvimento de mercados e novos negócios, (4) ampliação da associação, regras de entrada e saída, (5) aspectos de confiança e reciprocidade, (6) questões de gênero e família. Nas associações houve ainda a observação participativa das atividades com produtos alimentícios dos frutos do Cerrado para comercialização.

Para a compreensão do contexto, apresentamos um breve descritivo dos grupos estudados, do território onde vivem e desenvolvem suas atividades e do Cerrado, bioma no qual o extrativismo, além de importante fonte de renda, configura também um sólido mecanismo de desenvolvimento sustentável e com diversas contribuições para o alcance das metas da Agenda 2030.

- Grupos

Os grupos de mulheres extrativistas são a Associação de Mulheres do Assentamento Monjolinho (AMAM) e o Grupo Baru, ambos em assentamentos da reforma agrária, localizadas em Anastácio no Mato Grosso do Sul. Inicialmente, as mulheres precisaram se organizar como associações de mães para poder receber leite para as crianças e gestantes, atendendo a “Lei do Leite”<sup>iii</sup>, do governo Sarney. Depois que não havia mais a exigência, decidiram por manter a associação, que tinha o nome de Associação de Mães do Assentamento Monjolinho, e foi fundada em 1990, e criaram a atual associação de mulheres, em 2008. Trabalham há mais de uma década com o baru e outros frutos do Cerrado, como forma de trabalho e geração de renda das produtoras e também como estratégia de restauro dos lotes com vegetação nativa do Cerrado. O Grupo Baru foi formado depois, por mulheres do assentamento São Manuel, a 25 quilômetros de distância entre as duas sedes. As duas associações realizam atividades em conjunto e partilham técnicas, produção e mercado (viagens de campo, 2018 e 2019).

- Contexto histórico-social

Em meados dos anos 1980, famílias acampadas durante o processo de ocupação e posse de terras pela Reforma Agrária, foram transferidas para os assentamentos Monjolinho e São Manuel, em Anastácio (MS). Com a ocupação do território, a paisagem sofreu forte degradação ambiental. Segundo Ferreira et al (2016), de 1988 a 2015, na área, a vegetação característica do Cerrado já sofria pressão antrópica antes da criação do assentamento, que foi intensificada depois com a extração das espécies nativas para consumo das madeiras e plantio, além da pequena pecuária. A alteração na vegetação e consequente exposição do solo afetou seriamente os recursos hídricos da referida região (Ferreira et al, 2016). Os assentamentos de Monjolinho e São Manoel ficam no limite da área dos córregos Criminosos, Rolador e Barreiro Vermelho, todos pertencentes à bacia hidrográfica do Rio Taquaruçu. Essa bacia tem uma área de aproximadamente 2.303,47 km<sup>2</sup>, sendo sua nascente na Serra de Maracaju, que pertence aos municípios de Nioaque e Anastácio, e tem a sua foz no Rio Aquidauana, também em Anastácio (Echeverria, 2008). Foi a crise hídrica que

chamou a atenção de pesquisadores da Faculdade de Tecnologia de Alimentos da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) e de profissionais da Economia Solidária, de Campo Grande (MS), que já trabalhavam em projetos de desenvolvimento sustentável com essas comunidades. A estratégia foi começar um processo de conscientização sobre os usos e importância da vegetação composta pelos frutos do Cerrado no Território da Reforma<sup>iv</sup>. A ideia era gerar alternativas de renda, principalmente para as mulheres (viagem de campo, 2018).

- Corredor do Extrativismo

O conceito do Corredor do Extrativismo é ser uma estratégia de articulação e mobilização para as comunidades, os grupos de produção, os extrativistas, os empreendimentos econômicos solidários e os espaços de comercialização (Economia Solidária, 2010). Tem caráter social, econômico e ambiental, objetivando fortalecer uma atuação em rede dos agricultores familiares, extrativistas, indígenas, quilombolas, pescadores, trabalhadoras e trabalhadores da Economia Solidária entre outros. Busca contribuir para geração de uma identidade socioambiental forte que agregue valores para os produtos e serviços dos empreendimentos econômicos solidários, de origem extrativista e da agricultura familiar desse território, promover a valoração dos serviços ambientais gerados por essas populações, bem como para assegurar e promover o manejo de base sustentável dos recursos naturais do Cerrado. Desenvolvido no âmbito do “Território da Reforma”, na região Sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul, compreendendo a extensão de 11 Municípios, que são: Nioaque, Anastácio, Bonito, Maracaju, Sidrolândia, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Dois Irmãos do Buriti, Bodoquena, Bela Vista e Terenos. Atualmente os municípios de Aquidauana, Campo Grande e Dourados passaram a integrar o Corredor do Extrativismo.

- Cerrado

Há mais de dez anos, as taxas de desmatamento do Cerrado superam as da Amazônia. Segundo a ONG ambientalista WWF (2017), apenas em dois anos, entre 2013 e 2015, o Brasil destruiu 18.962 km<sup>2</sup> deste bioma. O cenário se agravou nos últimos dois anos e dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), divulgados em setembro de 2020, mostraram que o bioma havia registrado nos primeiros oito meses do ano um total de 21.460 focos de queimadas. O volume o coloca em 2º lugar como bioma mais afetado por queimadas no ano, com 28% do total de perdas de matas nativas contabilizado no país, atrás apenas da Amazônia, que somou 48% dos focos de incêndio no mesmo período. Mantido este ritmo, restará muito pouco do Cerrado e sua resiliência poderá estar ameaçada. Segundo maior bioma da América do Sul, com a Amazônia em 1º lugar, o Cerrado ocupa uma área de 2.036.448 km<sup>2</sup>. Representa cerca de 22% do território nacional e incide sobre os estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Bahia, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Goiás (IBGE, 2019). Especificamente, no estado do MS estão as nascentes das três maiores bacias hidrográficas da América do Sul (Amazônica/Tocantins, São Francisco e Prata), o que resulta em um elevado potencial aquífero e favorece a sua biodiversidade (Ibama, 2020). Nas últimas décadas, os ecossistemas antes inalterados deram lugar à pecuária e à agricultura extensiva, como a soja, arroz e ao trigo. De acordo com Klink e Machado (2005), os principais danos ambientais do Cerrado estão relacionados a fatores como a fragmentação dos *habitats*, extinção da diversidade biológica, introdução de espécies exóticas, erosão e compactação dos solos, poluição de mananciais por fertilizantes, defensivos agrícolas, dentre outros, incluindo a deterioração de ecossistemas,



mudanças nos regimes de queimadas, problemas quanto ao ciclo do carbono e, possivelmente, modificações climáticas regionais. Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá, 2019), o Mato Grosso do Sul tem atualmente 184 assentamentos, que ocupam uma área superior a 670 mil hectares e onde estão assentadas 30.015 famílias. Ainda segundo o Instituto, no MS existem cerca de 100 acampamentos compostos por famílias que aguardam o avanço da Reforma Agrária para serem contempladas com uma propriedade rural. A população indígena do estado, de acordo com a Fundação Nacional do Índio (Funai, 2018), é estimada em 63 mil pessoas. Está dividida entre os Kaiowá e Guarani, os Terena, os Kadiwéu, os Guató e os Ofaié. Os Kaiowá têm em torno de 40 mil pessoas, os Terena, 22 mil e os Kadiwéu ao redor de 1,5 mil pessoas.

► Análise de dados

√ Identificação dos ODS

Para a identificação dos ODS que seriam analisados com o uso do *software* NVivo na narrativa e registros das mulheres extrativistas, foram considerados aqueles que na literatura indicavam correlação com mulheres, serviços ecossistêmicos, agricultura familiar e floresta.

Tabela 3. ODS e as mulheres extrativistas de Anastácio (MS)

<b>ODS 1</b>	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
<b>ODS 1.4</b>	Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças
<b>ODS 1.5.</b>	Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais
<b>ODS 2</b>	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável
<b>ODS 2.3</b>	Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola
<b>ODS 2.4</b>	Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo
<b>ODS 2.5</b>	Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente
<b>ODS 5</b>	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

<b>ODS 5.5.</b>	Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública
<b>ODS 5.a</b>	Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais
<b>ODS 5.c</b>	Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis
<b>ODS 12</b>	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
<b>ODS 12.2</b>	Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais
<b>ODS 15</b>	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade
<b>ODS 15.1</b>	Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais
<b>ODS 15.2</b>	Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente
<b>ODS 15.3</b>	Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo

√ Identificação dos elementos de ação coletiva e de confiança e reciprocidade

O NVivo também analisou quais desses elementos de ação coletiva de recursos naturais comuns, descritos por Ostrom (1990) e os de confiança e reciprocidade (Ostrom & Walker, 2003) apareceram nos depoimentos e materiais, conforme a Figura 3 – *Framework* de análise, apresentada anteriormente.

#### 4. Resultados

A análise do NVivo totalizou 245 citações dos conceitos previamente definidos. Dessas citações, 112 foram de ODS. O mais citado no estudo foi o ODS 15 (Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade). Níveis de cooperação e benefícios líquidos, ambos aspectos de confiança e reciprocidade apareceram em seguida. Em 4º e 5º lugares aparecem os ODS 12 e o objetivo 12.2, ambos relacionados à produção e consumo sustentáveis e uso sustentáveis dos recursos naturais. A percepção das mulheres extrativistas de Anastácio condizem com os estudos de Westermann et al (2005), que constatou que nos grupos extrativistas avaliados com o prisma do gênero (grupos formados por homens, grupos formados por mulheres e grupos mistos), aqueles que integram mulheres faziam uma melhor gestão dos recursos naturais comuns. Também identificaram que colaboração, solidariedade e resolução de conflitos e reciprocidade eram elementos mais evidentes nos grupos com mulheres. Há três ODS que aparecem na literatura citada como sendo correlacionados com mulheres e extrativismo, mas não foram considerados nesta pesquisa. Os ODS 3, sobre saúde, o

ODS 6, sobre água e o ODS 13, relacionado ao clima. Esses ODS ficaram fora na análise e resultados deste estudo pois foram mencionados menos de três vezes nas entrevistas ou não foram citados em nenhum momento, como é o caso do clima que não teve nenhuma menção direta. Em relação aos elementos de ação coletiva e confiança e reciprocidade aplicado a grupos exclusivos de mulheres, os resultados descritos nas entrevistas corroboram Agarwall (2018), que afirma que o ODS 5 em relação ao gênero e às florestas se destaca pela atenção que dá ao acesso das mulheres à terra e aos recursos naturais e o quanto pode ser refletido em avanços não apenas para mulheres e meninas, para praticamente todos os ODS, de forma transversal e complementar. Na análise de dados, em decorrência da importância dada na narrativa das mulheres, o elemento “Relação familiar” foi incluído como variável importante tanto na gestão e relacionamentos dos grupos de mulheres, como no contexto mais amplo, para garantir a continuidade da geração de renda e oportunidades para filhas e netas e, ao mesmo tempo, defender os recursos naturais e direitos no território.

Tabela 4. Resultado da correlação dos temas mais citados nas entrevistas em ODS

ODS	Total	%	ODS	Total	%
Objetivo 15	21	18,8%	Objetivo 15.2	6	5,4
Objetivo 12.2	14	12,5%	Objetivo 1.4	6	5,4
Objetivo 12	14	12,5%	Objetivo 5.5	5	4,5
Objetivo 2.4	11	9,8%	Objetivo 1	4	3,5
Objetivo 2.5	9	8,0%	Objetivo 1.5	2	1,8
Objetivo 5.a	9	8,0%	Objetivo 15.1	2	1,8
Objetivo 2.3	8	7,2%	Objetivo 15.3	1	0,9
			<b>Total Geral</b>	<b>112</b>	<b>100,</b>

O *Framework* de análise mostrou que a ação coletiva dos grupos de mulheres de Anastácio é capaz de promover resultados econômicos, sociais e ambientais que vão além das associações e suas integrantes. Os ganhos são expandidos para as comunidades onde estão inseridas e, em um contexto maior, em uma rede de gestão de recursos naturais comuns no Corredor do Extrativismo, uma região importante na preservação do Cerrado, com sua biodiversidade já tão ameaçada e na garantia da segurança hídrica do país. A segurança alimentar e a produção de alimentos de forma sustentável é outro impacto gerado pela atividade extrativista dos grupos. No aspecto pessoal e familiar, o empoderamento dessas mulheres se reflete na autonomia de tomada de decisões, dentro e fora dos grupos, bem como na rede de apoio, afeto e trocas que têm construído em suas trajetórias e que estão transferindo para as novas gerações.

Tabela 5. Resultado do *Framework* de análise

	<b>Resultados: econômico, social e ambiental: ODS</b>
--	---

Características de ação coletiva e confiança e reciprocidade		Ações e comportamentos descritos nas entrevistas	Como pode influenciar os ODS
Princípios de design	Decisão participativa	Todas as associadas participam da tomada de decisões, que é feita pela maioria, sem distinção hierárquica entre elas	_A decisão participativa aumenta a autonomia das integrantes e fortalece o interesse coletivo na gestão dos bens comuns e permite a definição sobre as estratégias de negócios das associações, investimentos e ganhos individuais e coletivos <b>ODS 1 ODS 1.4 ODS 1.5 ODS 2.3 ODS 5 ODS 5.5 5.a ODS 5.c</b>
	Delimitação espacial	Atuação territorial - nos assentamentos e no Corredor do Extrativismo	_ Conscientização ambiental, engajamento das comunidades na preservação e restauro das espécies nativas <b>ODS 12 ODS 12.2 ODS 15 ODS 15.1 ODS 15.2 ODS 15.3</b> _ Geração de renda para as famílias dos assentamentos <b>ODS 1 ODS 2 ODS 2.3 ODS 2.4 ODS 2.5</b>
	Governança policêntrica	Atuação em modelo articulado e intersetorial, com Estado, ONGs e comunidade local	_A atuação das duas associações está vinculada à criação, desenvolvimento e fortalecimento do Corredor do Extrativismo, que envolve tanto grupos rurais quanto urbanos, buscando somar os aspectos de restauro da vegetação nativa e da produção extrativista com estratégias de comercialização e logística. <b>ODS 1 ODS 1.4 ODS 1.5. ODS 2 ODS 2.3 ODS 2.4 ODS 2.5 ODS5 ODS 5.5. ODS 5.a ODS 5.c ODS 12 ODS 12.2 ODS 15 ODS 15.1 ODS 15.2 ODS 15.3</b>
	Mecanismo de resolução de conflitos	Diálogo transparente com todas as associadas, decisões coletivas	_ Interesse coletivo, o estabelecimento de regras claras e construídas em conjunto fortalece as associações e empodera as mulheres dentro e fora dos grupos <b>ODS 5 ODS 5.5 ODS 5.a ODS 1.4</b>
	Monitoramento	Monitoramento das áreas restauradas, e da localização e tipo de árvores e frutos nos assentamentos, monitoramento de áreas desmatadas e queimadas	_ Conscientização ambiental, engajamento das comunidades na preservação e restauro das espécies nativas e da biodiversidade, inclusive sobre incidências decorrentes do agronegócio no território, como os efeitos dos agrotóxicos sobre as populações locais, animais, rios e plantas <b>ODS 12 ODS 12.2 ODS 15 ODS 15.1 ODS 15.2 ODS 15.3</b>
	Reconhecimento de direitos	Participação na atuação política do território, com articulação conjunta com outros grupos extrativistas e lutas por direitos e políticas públicas	_ Ganhos em escala - na esfera pública e privada, com negociações comerciais, de assistência técnica e organizacional, consolidação das associações como produtoras de frutos do Cerrados e seus derivados _ Participação em debates e elaboração de pautas e defesa do território, suas comunidades, culturas tradicionais e dos recursos naturais locais <b>ODS 1 ODS 1.4 ODS 1.5 ODS 2 ODS 2.3 ODS 2.4 ODS 2.5 ODS5 ODS 5.5. ODS 5.a ODS 5.c ODS 12 ODS 12.2 ODS 15 ODS 15.1 ODS 15.2 ODS 15.3</b>
	Sanções graduais	Definição clara das regras de entrada, permanência e para saída das associações, previamente acordadas por todas as integrantes	_Autonomia das mulheres na gestão de suas atividades e organização de suas demandas, regras, compromissos, formas de reconhecimentos e de punições. Estabelecimento de mecanismos de justiça e ética entre as integrantes <b>ODS 5 ODS 5.5 ODS 5.a ODS 5.c ODS 1.4</b>

Elementos de confiança e reciprocidade	Benefícios líquidos	Ampliação dos mercados, ampliação das estruturas físicas e equipamentos das associações, novos contratos	_Geração de trabalho e renda para as mulheres, envolvendo as novas gerações, conquista e ampliação das sedes, aquisição de equipamentos de agroindústria, com o desenvolvimento de alimentos com os frutos do Cerrado para consumo das famílias e comunidades <b>ODS 1 ODS 1.4 ODS 1.5. ODS 2 ODS 2.3 ODS 2.4 ODS 2.5 ODS 5 ODS 5.5. ODS 5.a ODS 5.c ODS 12 ODS12.2 ODS 15 ODS 15.1 ODS 15.2 ODS 15.3</b>
	Confiança	Interesses coletivos e de longo prazo, compromissos éticos compartilhados	_Fortalece os vínculos entre as associadas e permite decisões de longo prazo com menor risco. A confiança é um valor estruturante nas relações e influências dentro e fora dos grupo <b>ODS 1.4 ODS 1.5 ODS 2.3 ODS 2.4 ODS 2.5 ODS5 ODS 5.5. ODS 5.a</b>
	Níveis de cooperação	Divisão e colaboração dos trabalhos, de acordo com as capacidades físicas, criativas e intelectuais (formação educacional) de cada uma	_Os níveis de cooperação acontecem nas associações, fortalecendo as potencialidades de cada uma para o bem comum do grupo. Estabelece compromissos entre elas e se reflete na forma como estabelecem as relações com grupos e instituições em sua rede de atuação. Empodera as mulheres com melhores resultados e mais autonomia <b>ODS 1 ODS 1.4 ODS 1.5 ODS 2 ODS 2.3 ODS 2.4 ODS 2.5 ODS5 ODS 5.5. ODS 5.a ODS 5.c ODS 12 ODS 12.2 ODS 15 ODS 15.1 ODS 15.2 ODS 15.3</b>
	Reciprocidade	Colaboração mútua entre as associadas e entre as duas associações	_A reciprocidade é o mecanismo de valoração da relação entre as integrantes - tem que existir a troca, o compromisso e respeito mútuos dentro das associações, e entre as duas associações atuam de maneira conjunta no território, com divisão de produção e entregas nos contratos comerciais <b>ODS 1.4 ODS 1.5 ODS 2.3 ODS 5 ODS 5.5 ODS 5.a ODS 5.c</b>
	Reputação	Compartilhamento da história de conquista e construção do território em comum	_A trajetória comum, a história individual das integrantes das associações é um elemento-chave na construção dos vínculos e compromissos estabelecidos em conjunto. A reputação valida a atuação das líderes perante às associadas, e dos grupos perante suas comunidades locais e instituições públicas e privadas em defesa de suas atividades, seus direitos e de seu território <b>ODS 1 ODS 1.4 ODS 1.5 ODS 2.3 ODS 2.4 ODS 5 ODS 5.5 ODS 5.a ODS 5.c ODS 12 ODS 12.2 ODS 15 ODS 15.1 ODS 15.2 ODS 15.3</b>
Relações familiares	Relações familiares	Histórico com as famílias que ocuparam o território e as famílias descendentes formadas pelas gerações seguintes	_As relações familiares permeiam toda a estrutura das associações de mulheres de Anastácio. É por meio dessas relações familiares entre as participantes das associações, que mantêm o compromisso coletivo e o vínculo com a defesa do território, dos conhecimentos sobre o plantio, manejo e produção dos frutos do Cerrado e seus derivados, das conquistas das associações, revertidas em aumento da autoestima, autonomia, geração de renda e reconhecimento dentro das próprias famílias e de suas comunidades. É um compromisso na gestão dos bens comuns e nas conquistas coletivas dessas mulheres com as próprias futuras gerações. <b>ODS 1 ODS 1.4 ODS 1.5 ODS 2 ODS 2.3 ODS 2.4 ODS 2.5 ODS5 ODS 5.5. ODS 5.a ODS 5.c ODS 12 ODS 12.2 ODS 15 ODS 15.1 ODS 15.2 ODS 15.3</b>

## 5. Considerações finais

A análise mostrou que **ODS mais percebidos pelas próprias mulheres extrativistas em suas narrativas e registros são os ODS 15 e ODS 12**. Esses resultados indicam a forte percepção das mulheres sobre os impactos ambientais e de produção sustentável de suas atividades geram. Os resultados no território, com a vegetação nativa sendo restaurada nos assentamentos, bem como a possibilidade de gerar renda para elas mesmas e suas famílias. Além das integrantes dos grupos de mulheres, representantes de instituições parceiras e que integram a governança policêntrica dos recursos naturais do Cerrado naquela região reforçam a percepção da importância da atividade extrativista para as mulheres e para o território. De Jong et al (2018) destaca a necessidade de que as iniciativas desenvolvidas por comunidades e pequenos produtores ligados às atividades florestais precisam ter suas abordagens e contribuições para os ODS reconhecidas separadamente. Isso se deve, principalmente ao fato de que esses grupos se constituem como sistemas socioecológicos únicos, capazes de gerar resultados de forma coletiva. Outro ponto importante da pesquisa é o elemento “Relação familiar”, que surgiu espontaneamente nas entrevistas. Os relatos colhidos no MS mostram um forte comprometimento das mulheres das duas associações com as integrantes dos grupos, suas famílias e o território no qual estão inseridas. A história compartilhada por parte dessas mulheres remonta décadas de convívio, que teve início com os acampamentos no processo de reivindicação por terra. Além da solidariedade e reconhecimento de luta coletiva, aparece já a configuração familiar que se mantém presente na dinâmica dessas comunidades. Desde o início da convivência comum os vínculos de cuidados e reciprocidade foram descritos como muito presentes. De acordo com essas mulheres, a trajetória em comum também dá credibilidade para a tomada de decisões frente à comunidade. Para Ostrom (2003), esses são fatores importantes entre os elementos de Confiança e Reciprocidade, que ela classificou como “Níveis de cooperação, reciprocidade e transparência”. A ação coletiva dessas mulheres extrativistas é capaz de influenciar no atingimento de diversos ODS. O empoderamento dessas mulheres se reflete em suas famílias, comunidades e território. A gestão dos recursos naturais do Cerrado passa a ter um compromisso coletivo de defesa do território para as atuais e futuras gerações, ao mesmo tempo em que gera trabalho e renda para as associações extrativistas. No aspecto ambiental, além dos ODS referentes à produção e consumo sustentável, manutenção das florestas, uso sustentável dos recursos naturais, apesar de não ter sido incluído devido ao baixo número de menções, os ODS 6 (água) e 13 (Clima) são também igualmente beneficiados pela gestão coletiva de recursos florestais. Entre as fragilidades do estudo está a necessidade de aprofundar as contribuições da ação coletiva de mulheres extrativistas de acordo com o escopo – social, ambiental e econômico, com a identificação de práticas e processos que possam detalhados separadamente. A questão familiar também merece estudos específicos que ajudem a compreender a complexidade dos arranjos coletivos e a composição familiar, especialmente no que se refere às mulheres.

## 6. Referências

Agarwal B (2010). *Gender and Green Governance: The Political Economy of Women's Presence Within and Beyond Community Forestry*. New Delhi: Oxford University Press. 2010.

- Agarwal, B. (2018). Gender equality, food security and the sustainable development goals. *Current opinion in environmental sustainability*, 34, 26-32.
- De Jong, W., Pokorny, B., Katila, P., Galloway, G., & Pacheco, P. (2018). Community forestry and the sustainable development goals: A two way street. *Forests*, 9(6), 331.
- Economia Solidária (2010). Material impresso obtido em de viagem sobre o Corredor do Extrativismo (viagem de campo, 2018).
- Echeverria, J. L. (2008). *Competência Fluvial do Ribeirão Taquaruçu*. 100 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana, Aquidauana, MS.
- FAO (2020). “The State of the World’s Forests 2020”  
<http://www.fao.org/documents/card/en/c/ca8642en/>
- Gouvêa, A. B. C. T.; Silveira, A.; Machado. H. P. V. *Mulheres empreendedoras: compreensões do empreendedorismo e do exercício do papel desempenhado por homens e mulheres em organizações*. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, v. 2, n.2, p. 32-54, 2013.
- Hardin, G. *The tragedy of the commons*. Science, v. 162, p. 1244-1248, 1968.
- Hess, C.& Ostrom, E (2005). *A Framework for Analyzing the Knowledge Commons: a chapter from Understanding Knowledge as a Commons: from Theory to Practice*.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2019), *Biomass e sistema costeiro-marinho do Brasil*.
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). *Ecosistemas – Cerrado*. Disponível em <http://www.ibama.gov.br/>. Acesso Em 14/01/2020.
- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), <http://cerrado.obt.inpe.br/>
- Katila, P., McDermott, C., Larson, A., Aggarwal, S., & Giessen, L. (2020). Forest tenure and the Sustainable Development Goals—A critical view. *Forest Policy and Economics*, 120, 102294.
- Klink, C. A., & Machado, R. B. (2005). *A conservação do Cerrado brasileiro*. Megadiversidade, 1(1), 147-155.
- Marion, A. A., & BONA, A. (2016). A importância da mulher na agricultura familiar. *Curso de Cooperativismo Solidário e Crédito Rural. Publica Cresol. Francisco Beltrão*, 1-11.
- Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) (2017). *O estado da segurança alimentar e nutricional no mundo*.
- Ostrom, E. (1998). *A behavioral approach to the rational choice theory of collective action: Presidential address, American Political Science Association, 1997*. American political science review, 92(1), 1-22
- Ostrom, E. (1990). *Governing the commons: The evolution of institutions for collective action*. Cambridge university press.

Ostrom, E. et al (1999). *Revisiting the commons: local lessons, global challenges*. *science*, v. 284, n. 5412, p. 278-282.

Ostrom, E., Chang, C., Pennington, M., & Tarko, V. (2012). *The Future of the Commons- Beyond Market Failure and Government Regulation*. Institute of Economic Affairs Monographs.

Ostrom, E., Walker, J., & Gardner, R. (1992). Covenants with and without a sword: Self-governance is possible. *American political science Review*, 86(2), 404-417.

Ostrom, E., & Walker, J. (Eds.) (2003). *Trust and reciprocity: Interdisciplinary lessons for experimental research*. Russell Sage Foundation.

PNUD (2020), ODS - <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals.html>

Reis, P. N. C., de Oliveira Melo, F. A., de Paula Almeida, E. M. S., de Carvalho, L. C., & Siqueira, M. A. C. (2013). A participação feminina na gestão empresarial no século XXI: um estudo de caso na empresa Magazine Luiza.

UN Women (2018). Turning promises into action: gender equality in the 2030 Agenda for Sustainable Development. <http://bit.ly/2NpRreH>

Westermann, O., Ashby, J., & Pretty, J. (2005). Gender and social capital: The importance of gender differences for the maturity and effectiveness of natural resource management groups. *World Development*, 33(11), 1783-1799.

WWF, Manisfesto “[The future of the Cerrado in the hands of the market: deforestation and nativevegetation conversion must be stopped](#)”. (2017)

---

<sup>i</sup> Reforma agrária: é o conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção (Estatuto da Terra - Lei nº 4504/64), (INCRA, 2020).

<sup>ii</sup> Nesta pesquisa, gênero é tratado apenas no aspecto do sexo masculino (homens) e feminino (mulheres), sem abordar as questões relativas a gêneros, sexualidade, intersexualidade, transexualidades ou outros temas correlatos

<sup>iii</sup> Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes – PNLCC, criado em 1986 pelo Governo José Sarney

<sup>iv</sup> O Território da Reforma é composto de 11 municípios no Estado do MS: Anastácio, Dois Irmãos do Buriti, Guia Lopes da Laguna, Maracajú, Nioaque, Sidrolândia, Bonito, Bela Vista, Jardim e Bodoquena